

Presidente vai adiar campanha até o início do *supermarço*

O país vai viver uma experiência política inédita este ano, quando pela primeira vez o presidente e os governadores estaduais terão direito de disputar a reeleição no exercício de seus cargos. A nova experiência dá teoricamente uma vantagem para os que estão no poder, mas o presidente Fernando Henrique teme a reação da opinião pública à ação simultânea de governar e pedir votos.

"Vou ser presidente o maior tempo possível e candidato durante o menor tempo que puder", disse Fernando Henrique, na quinta-feira, durante encontro com o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). Para reduzir as denúncias de abuso de poder econômico e evitar as brigas regionais entre os aliados, o presidente quer reduzir ao máximo seus movimentos durante a campanha.

A tática do governo é retardar a largada da corrida eleitoral pelo menos até março, que está sendo tratado pelos políticos como o *supermarço*, uma analogia à *superterça* das eleições primárias presidenciais americanas, dia em que um grande número de estados escolhe seus candidatos.

Durante este mês, o candidato da oposição, o petista Luís Inácio Lula da Silva, vai definir as principais alianças. Para garantir um palanque mais amplo, cedeu a vice-presidência a Leonel Brizola e aguarda com ansiedade o apoio do PSB, do governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Já os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), querem concluir, também neste período, as votações das reformas administrativa e da Previdência. Fernando Henrique fará uma reforma ministerial e o PMDB definirá o apoio à reeleição do presidente ou o lançamento de uma candidatura própria ao Palácio do Planalto. Tudo no mesmo mês. O *supermarço* também foi a época escolhida para que o ex-presidente Itamar Franco anuncie o seu futuro político.

Para Fernando Henrique, acaba o *supermarço* e começa um abril, no mínimo, trabalhoso: o presidente terá de articular com os seus aliados (PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB) a reforma ministerial decorrente da desincompatibilização dos ministros que vão disputar as eleições.